



A correção monetária vai acompanhar a inflação

Fábio Pahim Jr.

A correção monetária continuará acompanhando a inflação, para estimular a formação de poupança financeira, a meta de 50% de expansão monetária será cumprida e o País não está com problemas seja com o Fundo Monetário, seja com os credores. As afirmações são do presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, em entrevista exclusiva ao *Jornal da Tarde*.

— Queremos manter as taxas de correção monetária ajustadas aos preços — declarou Pastore em resposta às dúvidas levantadas nos últimos dias. Em palestra no início de fevereiro, o ex-ministro Octávio Gouvêa de Bulhões propôs eliminar a correção em seguida a uma decisão de cortar qualquer expansão dos empréstimos oficiais. Atribuiu-se também à missão do FMI dúvidas quanto à possibilidade de reduzir a inflação mantendo-se a correção. Pastore recorda, porém, que a alteração nas regras da correção provocou sérios desajustes na economia, no passado recente, chegando a fortalecer o consumo em detrimento da poupança, como em 1980.

O presidente do Banco Central desmentiu problemas com os credores e continua a prever que entre o longo de março os US\$ 3 bilhões de recursos novos necessários a eliminar os atrasados no Exterior. A íntegra da entrevista está a seguir.

JT — O País vive uma nova fase de dúvidas após um período de calmaria subsequente ao fechamento do jumbo de US\$ 6,5 bilhões. Essas dúvidas têm relação com o ambiente político, com a missão do Fundo Monetário e a necessidade de mais um "waiver", com a expansão de 5% na base monetária em janeiro e com a restrição ao crédito. Como vencer as dúvidas?

Pastore — A missão do Fundo Monetário está aqui porque o Brasil deve fixar as metas da economia para junho e setembro. Nesta missão estamos negociando isso. É o propósito número um. O propósito dois é produzir o relatório sobre as metas de dezembro, já cumpridas. É um relatório tranquilo.

Não há ligação entre a missão do FMI e o desembolso dos US\$ 3 bilhões dos bancos. O desembolso não está amarrado a critérios do Fundo. O dinheiro não saiu porque a assinatura do contrato leva de duas a três semanas após a assinatura do governo. Só depois disso é que se dá ao banco a notícia do saque. A previsão é a de que se comece a sacar no início de março e se dê a última notícia de saque até 22 de março, recebendo-se efetivamente os recursos até 28 de março e, então, eliminando-se a centralização cambial.

A primeira tranche (liberação de empréstimo) do Fundo em 1984, de 370 milhões de DES-Direitos Especiais de Saques (equivalentes a US\$ 380 ou US\$ 390 milhões, conforme o valor do DES na data) poderia sair em fevereiro, mas o Brasil depende do waiver que por sua vez exige a aprovação formal do board do Fundo. O waiver não se refere ao déficit público em 1983, nem à expansão da base monetária, mas sim à posição de reservas cambiais, aos atrasos e aos tetos da dívida externa. Ora, em dezembro o desembolso dos bancos não ocorreu e só ocorrerá em março. Não é portanto default do Brasil nem erro, é uma condição de mercado para o levantamento dos US\$ 6,5 bilhões. Este é um waiver técnico, que está fora do controle do Brasil. Mas tem de existir devido aos regulamentos do Fundo. O FMI reúne-se quinzenalmente, precisa receber o relatório da missão que está no Brasil e portanto os recursos da primeira tranche de 1984 devem sair a 15 ou a 30 de março. O que está em discussão, portanto, é a performance de dezembro.

Ligado às tranches de 1984, ter-se-á US\$ 875 milhões que constituem a primeira parcela dos US\$ 3,5 bilhões de recursos novos dos credores, além dos US\$ 3 bilhões que sairão até março. Só que o waiver técnico é automático. A segunda parcela do FMI, prevista para maio, e a liberação da segunda cota de US\$ 875 milhões dos bancos dependem, agora sim, da avaliação dos resultados da economia até março, o que será feito antes de maio. Naturalmente, o atraso está custando muito trabalho. Estabeleceu-se uma grande confusão, que não tem razão de ser. O Brasil vai cumprir as metas de março. Do ponto de vista externo, as coisas vão caminhar sem acidentes.

JT — E o desvio de 5% da base monetária em janeiro, ou Cr\$ 210 bilhões, como será compensado?

Pastore — O desvio será compensado no trimestre. É preciso contrair de 3 pontos de percentagem a base entre fevereiro e março, cerca de 2 pontos em fevereiro e mais 1 ponto em março, em números aproximados. Isto implicou reprogramar para cima o superávit fiscal, levando em conta a liberação do mercado financeiro e também o fato de que o limite ficou mais rígido porque houve grande concentração de tributos em janeiro e fevereiro, com o recolhimento do imposto de renda das instituições financeiras, e isto obrigou as autoridades monetárias a injetarem recursos no sistema, o que é normal após os recolhimentos. No restante